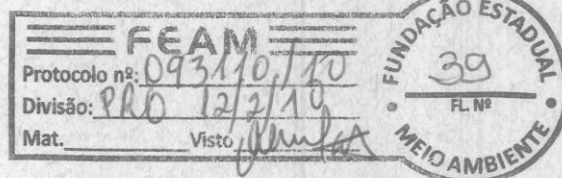


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

Autuado: POSTO DO TETÊ LTDA.	
Processo: 3123/2001/002/2003	
Referência: AI 1063/2003 – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	
Tipo de infração: GRAVE	Porte: MÉDIO

I – RELATÓRIO

Posto do Tetê Ltda, foi penalizado em decisão de 22/10/2007, com uma multa de R\$ 7.449,76, pela infração ao item 1, do parágrafo 2º, do Decreto 39.424/98.

Embora tenha sido notificado regularmente, não apresentou pedido de reconsideração no prazo legal.

Ocorrido o transito em julgado em 17/12/2007, o crédito foi encaminhada para inscrição em dívida ativa, conforme relatório emitido em 13/3/2008.

A AGE, através do Controle de Legalidade Negativo, noticiou que o CNPJ do autuado encontra-se cadastrado em nome de POSTO 4 BICAS LTDA., possuindo no cadastro da Receita Federal o mesmo endereço do autuado, face ao que, foi devolvido com orientação para realizar nova intimação da decisão que aplicou a multa, fazendo-se constar o nome correto do devedor.

Verifica-se às fls. 23, despacho informando que o Pedido de Reconsideração fora protocolado em 30/11/2007, junto à SUPRAM Alto de São Francisco, cujo protocolo recebeu o número R116938/2007, somente encaminhado à FEAM em 15/07/2008.

Assim sendo, verifica-se que o Pedido de Reconsideração foi protocolado tempestivamente. Em síntese, apresenta as seguintes alegações:

- ✓ Encontra-se com suas atividades suspensas desde 21/01/2005.
- ✓ Os tanques e bombas de combustíveis foram retirados e na hipótese de retorno das operações fará novo pedido de licença para reforma.

Mediante nova notificação que abriu prazo para Pedido de Reconsideração, o autuado se manifestou novamente às fls. 29 e 31, alegando, em síntese o seguinte:

- ✓ Não está em atividade desde janeiro de 2005.



- ✓ Precisava se adequar a legislação ambiental trocando os tanques antigos e concretar a pista de abastecimento.
- ✓ Para isso, era necessário que os tanques subterrâneos fossem trocados.
- ✓ A Ipiranga se negou a fazer as mudanças descumprindo co-responsabilidade.
- ✓ Informou a FEAM a paralisação das atividades e da retirada dos tanques de combustíveis pela Distribuidora, protocolo R116938/2007.
- ✓ O documento foi protocolado na SUPRAM ASF que estava em mudança física, o que acarretou a perda da documentação por parte daquele órgão. Como não houve nenhuma resposta negativa estávamos confiantes que o recurso tinha sido aceito.
- ✓ Foi informado novamente a suspensão das atividades, protocolo 143134/2008. O documento apresenta fotografias do local onde funcionava o posto, sem as bombas de abastecimento.
- ✓ A SUPRAM Alto São Francisco foi consultada se era necessário adotar alguma medida sobre a desativação do posto, e a resposta foi que se o posto não possui licenciamento, não havia nenhuma providência a ser tomada.
- ✓ Após 4 anos de suspensão o empreendedor decidiu dar baixa nos cadastros. Foi feita uma consulta *on line* no SIAM do estado como consta nos autos, deixando sem conferência os documentos físicos que comprovam a suspensão da atividade.

I – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, o autuado não apresenta fatos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida.

Nota-se que o auto de infração foi lavrado em 12/12/2003. O contraditório encontra-se devidamente instaurado, com as notificações enviadas nas seguintes datas: 10/12/2003, OFICIO DIREM 187/2003 e 13/11/2007, OF/COPAM/DMFA/FEAM/SISEMA 1432/2007.

Desta forma, as alegações apresentadas no Pedido de Reconsideração, corroboram as informações noticiadas no relatório de vistoria 4914/2003. Daí decorre a sanção pelo descumprimento da norma ambiental cuja pena o autuado não pode abster-se.

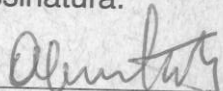
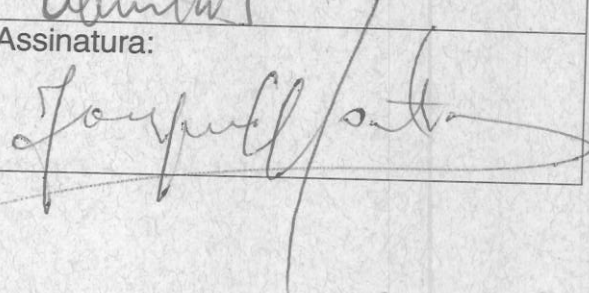


III – CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, sugerindo o indeferimento do Pedido de Reconsideração.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2009.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata - Consultora Jurídica – OAB/SP 191.342	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PROCESSO: nº 3123/2001/002/2003
AUTO DE INFRAÇÃO: 1063/2003
INTERESSADO: POSTO DO TETÊ LTDA

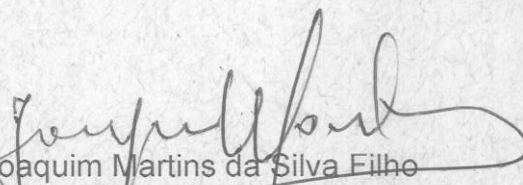


ADENDO AO PARECER JURÍDICO

Em complementação ao parecer jurídico de fls. 39/41, recomendamos que seja o processo administrativo encaminhado ao Vice Presidente da FEAM para que seja mantida a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$7.449,76 (sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), por ser mais benéfica ao autuado, com relação aos valores previstos no Decreto nº 44.844/08.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 19 de março de 2010


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador – Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076/MASP 1043.804-2